

CONSELHO CONSULTIVO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Protocolo de acordo entre as Associações Nacionais representantes das
pessoas com necessidades especiais e a CP - Comboios de Portugal

PROTOCOLO

Entre:

CP - Comboios de Portugal, E.P.E., com o número único de pessoa colectiva e de matrícula na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa n.º 500498601, com sede na Calçada do Duque, n.º 20, em Lisboa, representada pelo Presidente e Vogal do Conselho de Administração, respectivamente, Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis e Dr. José Salomão Coelho Benoliel, adiante designada por CP ou Primeiro Outorgante;

E

ACAPO - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, Instituição particular de solidariedade social, com o número de identificação fiscal 502410132, com sede na Av. D. Carlos I, 126-9.º, 1200-651 Lisboa, representada pelos Tesoureiro e Secretária da Direcção Nacional, respectivamente, Dr. Rodrigo Nuno Godinho Santos e Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes, adiante designada por ACAPO

ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas, Organização Não Governamental, pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 500032246, com sede na Avenida Padre Cruz – Edifício ADFA, 1600-560 Lisboa, representada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Direcção Nacional, respectivamente, José Eduardo Gaspar Arruda e Sérgio Francisco Carapeto Azougado, adiante designada por ADFA

APD - Associação Portuguesa de Deficientes, com o número de pessoa colectiva 501129430 e inscrição na Conservatória do Registo Comercial n.º 120/920226, com sede no Largo do Rato, 1B – 1250-185 Lisboa, representada pelo Presidente da Direcção Nacional, Humberto Fernando Simões dos Santos, adiante designada por APD

APS - Associação Portuguesa de Surdos, com o número único de pessoa colectiva nº 500950253, com sede na Avenida da Liberdade nº 157-2º andar 1250-141, em Lisboa, representada pela Presidente da Direcção, Dra Maria Manuel Salgado, adiante designada por APS;

CNOD - Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, Pessoa Colectiva de Utilidade Pública Sem Fins Lucrativos, com o número de pessoa colectiva 501436677, com sede na Av. João Paulo II, Lote 528, 1º Piso A, em Lisboa, representada pelo Presidente e Vice-Presidente da Direcção Executiva, José Cabaços dos Reis e Paulo Jorge Savuoya Paleta Fernandes, adiante designada por CNOD.

Fundação LIGA, pessoa colectiva n.º 504852728, com sede na Rua do Sitio ao Casalinho da Ajuda em Lisboa, representada pelos Presidente do Conselho de Administração e Vogal do Conselho de Administração, respectivamente, Dra. Maria Guida de Freitas Faria e Prof. José Pedro Martins Barata, adiante designada por LIGA.

Considerando que:

A CP – Comboios de Portugal tomou a iniciativa de desenvolver uma linha de actuação para melhorar a acessibilidade às estações, comboios e serviços, em concertação com as entidades do sector e partes interessadas.

No quadro da actividade da Provedoria dos Clientes e em particular no trabalho desenvolvido pelo Conselheiro para os Clientes com Necessidades Especiais, a CP detectou uma urgência particular em trabalhar com as associações nacionais representantes das pessoas com necessidades especiais, isto é pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A CP – Comboios de Portugal, deseja construir um quadro de relacionamento sólido e duradouro com essas associações.

Para institucionalizar o relacionamento num quadro preciso, e concretizar a expressa vontade de diálogo e de trabalho que anima as duas partes, as associações das pessoas com necessidades especiais e a CP – Comboios de Portugal decidiram assinar o presente Protocolo, de forma a viabilizar estruturas permanentes de informação e concertação.

Esse relacionamento deverá permitir:

- Trocar informações sobre todos os aspectos relativos à política geral da empresa em matéria de acessibilidades às estações, comboios e serviços e de recolher, em tempo útil, as recomendações e propostas das associações de modo a que a CP as possa tomar em consideração na elaboração da sua política;
- Atingir uma efectiva concertação cada vez que sejam encaradas decisões entendidas importantes por ambas as partes, nomeadamente no que diga respeito às acessibilidades do material circulante, acessibilidades às estações, oferta de serviços às pessoas com necessidades especiais, informação aos passageiros...
- Melhorar a qualidade das relações entre a CP e os passageiros com necessidades especiais por todos os meios que sejam entendidos apropriados.

É celebrado o presente protocolo que se rege nos termos dos artigos seguintes:

Art. 1º **REGULAMENTO E COMPOSIÇÃO**

1. Princípio de Funcionamento da Concertação

1.1) A informação e a concertação efectuem-se no seio do CONSELHO CONSULTIVO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, presidido pelo Presidente da CP ou seu representante, que será um membro do Conselho de Administração.

1.2) O Conselho Consultivo reúne-se em reuniões restritas ou plenárias uma vez por ano, com a presença do Presidente da CP ou de um membro do Conselho de Administração.

1.3) Será estabelecido, em reunião de trabalho, um calendário semestral, precisando as datas, locais e temas das reuniões de trabalho restritas ou plenárias e a data da reunião anual.

1.4) A acta redigida pela CP será enviada às associações que terão 15 dias para enviar comentários ou observações. Caso não haja observações a Acta é considerada aprovada.

1.5) A CP compromete-se a não tomar decisões em áreas relacionadas com as pessoas com necessidades especiais sem antes recolher a posição das associações. Estas devem tomar posição formal e emitir propostas dentro dos prazos fixados pelos seus representantes nas reuniões de trabalho.

1.6) A ausência de consenso implica a necessidade de retomar os trabalhos de concertação para chegar a um compromisso. Caso, novamente, não se atinja um consenso, a CP reserva-se o direito de concretizar o projecto apresentado e informará por escrito as associações signatárias.

Art. 2º

ASSEMBLEIA ANUAL DO CONSELHO CONSULTIVO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

1. Composição

- Presidente da CP ou um membro do Conselho de Administração
- Um representante de cada uma das Associações signatárias do protocolo
- Um representante das Unidades de Negócio da CP
- Um representante dos Órgãos Corporativos
- O Gabinete da Provedoria dos Clientes
- Conselheiro para o Cliente com Necessidades Especiais

2. Periodicidade dos encontros

2.1) O Conselho Consultivo das Pessoas com Necessidades Especiais reúne-se, com esta composição uma vez por ano e é presidido pelo Presidente da CP.

2.2) A proposta de ordem de trabalhos é enviada às associações, ao mesmo tempo que a convocatória, para recolher pontos ou temas complementares a abordar.

2.3) Reuniões excepcionais podem ser convocadas por iniciativa de metade das associações signatárias ou pela CP.

3. Desempenho da Assembleia Anual do Conselho Consultivo das Pessoas Com Necessidades Especiais

3.1) Realização de pontos de situação sobre a actividade da empresa, sobre as acções e evoluções em matéria de acessibilidades, análise da evolução dos trabalhos dos grupos e validação das propostas pelo Presidente e pelo conjunto do Conselho.

3.2) Elaboração de uma acta dos trabalhos do Conselho Consultivo e envio a cada um dos participantes.

Art. 3º
AS COMISSÕES RESTRITAS OU PLENÁRIAS DO CONSELHO
CONSULTIVO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

1. Composição

1.1) Cada comissão determina-se em função dos seus centros de interesse. O trabalho organiza-se em reuniões de trabalho plenárias ou restritas em função dos temas abordados ou do desejo de participação das associações signatárias.

1.2) A constituição dessas comissões é definida em comum e previamente.

2. Desempenho

2.1) As comissões abordam os temas, transversais ou não que necessitam de um trabalho aprofundado, seja em formação restrita seja em formação plenária conforme os temas.

2.2) Esses grupos de trabalhos são encarregues de formular propostas. No final da sessão o grupo de trabalho pode produzir um relatório de análise e elaborar propostas.

3. Periodicidade

As comissões plenárias ou restritas reúnem-se com periodicidade trimestral ou outra a determinar pelos participantes e tratam dos temas numa sessão ou em várias, conforme a necessidade.

Art. 4º
DURAÇÃO DO PROTOCOLO

1. O presente acordo tem a validade de um ano a partir da data da sua assinatura. Será tacitamente renovado por períodos sucessivos de um ano até ao limite de 5.

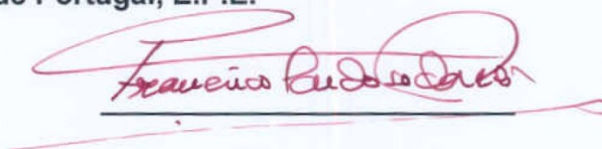
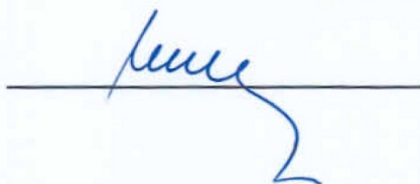
2. Na renovação do Protocolo e de preferência nos 3 meses precedentes dessa data, a CP ou a maioria das associações signatárias podem propor a modificação de certos pontos. Estas alterações/modificações serão aprovadas pelos restantes membros do Conselho Consultivo, reduzidas a escrito, assinadas por todos e constarão como anexo ao protocolo, que dele fará parte integrante.

3. Qualquer parte outorgante do protocolo fica com a prerrogativa de o denunciar, unilateralmente, mediante aviso prévio de 2 meses, antes da data da sua renovação, mediante carta registada com AR e remetida a todos os elementos e representantes das associações.

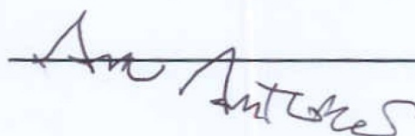
4. Se a denúncia for efectuada pela maioria das associações representativas ou pela CP, o protocolo considera-se revogado.

Lisboa, 19 de Maio de 2010

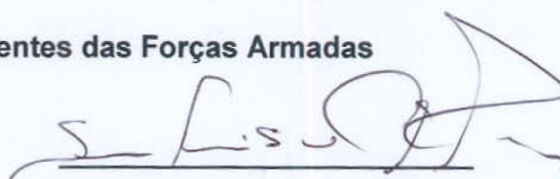
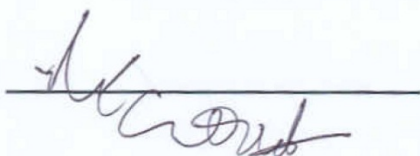
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.



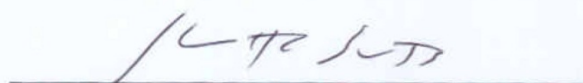
ACAPO - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal



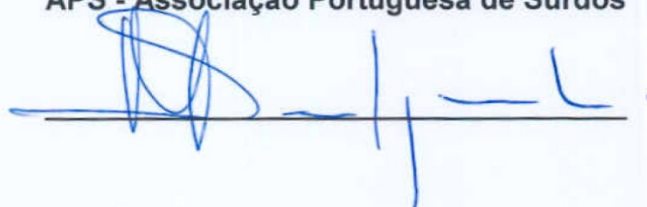
ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas



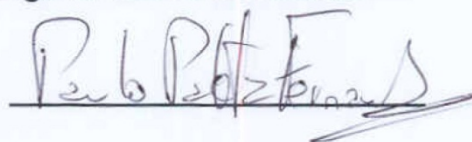
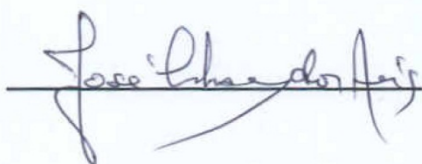
APD - Associação Portuguesa de Deficientes



APS - Associação Portuguesa de Surdos



CNOD - Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes



Fundação LIGA

